



Jornal Notícias 23-05-2019	Periodicidade: Diário	Temática: Justiça
	Classe: Informação Geral	Dimensão: 576 cm ²
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
	Tiragem: 60963	Página (s): 1/15

Transportes Caso dos
swaps arquivado pelo
Ministério Público P. 15

Jornal de Notícias 23 de maio de 2019

MP não viu crime no caso dos swaps

Arquivado há um mês inquérito sobre contratos celebrados entre bancos e empresas públicas de transportes



Garcia Pereira apresentou queixa-crime contra 50 responsáveis

Nelson Morais
justica@jn.pt

INQUÉRITO Justificaram a demissão de gestores públicos e secretários de Estado, porque lesaram o erário público em muitos milhões de euros, mas não são motivo de nenhuma responsabilização criminal. Esta foi a conclusão a que chegou o Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), ao arquivar o inquérito aos contratos swap celebrados entre bancos e empresas públicas de transportes, nos Governos de José Sócrates.

A Procuradoria-Geral da República não confirmou nem desmentiu aquele arquivamento, mas, segundo avançou a revista "Sábado" ontem à tarde, o DCIAP tomou a decisão há um mês. Porque con-

23

mil milhões de euros foi o crédito que o atual Governo acordou pedir ao Santander Totta, para este desistir dos processos contra o Estado depois do Governo de Passos Coelho cancelar vários swaps.

Contratos associados a créditos

Os contratos de swaps foram associados a empréstimos contraídos pelas empresas públicas. Estas, perante o risco de subida dos juros, negociaram taxas prefixadas. Só que as taxas baixaram, deixando as empresas com perdas avultadas.

cluiu que não houve crime, "mas sim más práticas e pouca prudência de alguns gestores públicos que contrataram os produtos financeiros", acrescenta a revista.

O arquivamento ocorre seis anos após o advogado Garcia Pereira mover uma queixa-crime contra meia centena de responsáveis envolvidos nos swaps contratados, entre 2003 e 2011, pela Metro de Lisboa, Carris, Refer e Metro do Porto, entre outras.

"Estamos aqui perante crimes de enorme gravidade", indignou-se Garcia Pereira em 2013, apontando "indícios de crimes como gestão danosa, participação económica em negócio e até corrupção". "Porque contratos com esta dimensão, normalmente, não são celebrados sem que impliquem contrapartidas patrimoniais para intermediários e decisores".

Mas, se o arquivamento do DCIAP for definitivo, o dossiê ficará para a história como um caso de mera incompetência de gestores públicos. Em 2013, quando vieram a público as consequências financeiras dos swaps, alguns daqueles gestores foram demitidos das empresas. Outros dois, Paulo Braga Lino e Juvenal da Silva Penada, já tinham transitado da Metro do Porto para duas secretarias de Estado do Governo de Passos Coelho, e também caíram. Um terceiro secretário de Estado, Joaquim Pais Jorge, demitiu-se, mas por ter proposto, em nome do Citigroup, vários swaps ao Governo Sócrates, que não os aceitou. ●